

# Apresentação

Regina Weber\*

São incontáveis os títulos de livros ou periódicos temáticos com o enunciado “História e Memória”. Se apresentamos ao leitor mais um conjunto de textos sobre o assunto é porque, mais que um tema que continua importante, o assunto parece ter se tornado emblemático da atividade do historiador. Se, como afirma Le Goff, (1992, p. 426), “tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”, não seria uma tarefa dos historiadores elucidar, nos mais diferentes contextos, quem são os “senhores da memória” e desvendar o que foi relegado ao esquecimento? Tendo acompanhado os desenvolvimentos da memória em diferentes épocas históricas e sua ampliação e diversificação na sociedade contemporânea, sua provável resposta a uma questão semelhante não deixaria dúvidas: “Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 1992, p. 477).

---

\* Professora do Departamento e do PPG em História da UFRGS. Editora de Anos 90.

## Apresentação

12

Em Pierre Nora encontramos uma contraposição semelhante, explicitada no artigo de Benito Schmidt: enquanto a memória teria um caráter afetivo e sacralizante, a história supõe um enfoque racional e laicizante. Portanto, podemos tratar de questões de “memória” e “história” separadamente, mas se, freqüentemente, os termos formam uma dupla é porque, quando operando em um mesmo campo, há uma grande probabilidade que atuem na contramão um do outro. E as particularidades de um são relativas às do outro. Porque a memória é dominadora, a história deve ser democrática; porque a memória é afetiva, a história deve ser científica, objetiva e racional; se a memória tende para o sacro, a história deve apontar sua base humana.

Há um campo da história que precisou enfrentar essas questões de maneira mais aguda que outros, o da História Oral. A idéia de que a história oral fosse mais “democrática” norteou a visão daqueles que impulsionaram internacionalmente a moderna história oral (THOMPSON, 1987, p. 10). Mas logo tal concepção foi criticada (PORTELLI, 1981, p. 104). Com o refinamento dos debates podemos dizer, então, que a história oral contribui para a democratização da memória, de uma forma certamente muito importante e diferenciada da história baseada em documentos escritos, mas, como qualquer outra, a história oral não é essencialmente democrática. Contudo, o entusiasmo inicial dos historiadores orais por estarem contribuindo para versões mais matizadas da história, por trazerem à cena o relato dos que vivenciaram os acontecimentos e processos, cedeu espaço a uma reflexão que surgiu com o progresso das discussões metodológicas: a visão dos entrevistados não é diferente apenas de outras memórias construídas, ela também costuma ser diferente da interpretação do historiador, aquele mesmo que depende da boa-vontade do entrevistado. Em suma, o historiador oral, ao se pretender “científico”, estará desconstruindo não apenas memórias sistematizadas, produzidas a alguma distância, mas memórias que ele demandou e que ele obteve por

métodos dos quais não está ausente uma certa dose de sedução. Os debates, portanto, são complexos e exigiram um aperfeiçoamento dos conceitos e das interpretações. Para tal refinamento da discussão no campo da história oral no Brasil, tem sido fundamental a reflexão de Verena Alberti, conhecida também por alguns dos melhores textos de sistematização dos procedimentos da história oral (ALBERTI, 1990; ALBERTI, 2005). Neste número de Anos 90 contamos com artigo de sua autoria, enfocando um campo muito próximo ao da história oral, o da “tradição oral”, em um texto que nos traz um exemplo contundente de luta pela democratização da memória, ou, mais especificamente, a luta pelo reconhecimento de direitos dos maoris da Nova Zelândia dos dias de hoje, que se legitima pela afirmação de uma determinada memória.

Os diferentes modos de construção da memória são um dos temas que têm se desenvolvido com ampliação dos estudos sobre memória nas últimas décadas. Se Capistrano de Abreu passou a ser reconhecido por muitos como o mais importante historiador brasileiro das décadas iniciais do século XX, e se foi transformado em modelo de intelectual e símbolo da nacionalidade, algum trabalho de construção de memória operou-se sobre sua figura. De uma vasta memorialística construída em torno do autor (necrológios, artigos, resenhas, biografias, sonetos, retratos, charges, fotografias, dissertações e teses, além de cartas do próprio Capistrano que contêm reflexões sobre si) Rebeca Gontijo busca nos textos biográficos sobre o estudioso os elementos para compreender como a identidade de um indivíduo pode ser apresentada como símbolo da nacionalidade. Retomando Le Goff (1992, p. 476): “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Também sobre a relação entre memória e construção de representações identitárias trata o texto de Ernesto Seidl, sendo os “construtores”, neste caso, agentes vinculados à Igreja católica

## Apresentação

do Rio Grande do Sul, que atuam em diferentes esferas sociais (religiosa, científico-acadêmica, intelectual, artística), e os grupos étnicos oriundos da imigração alemã e italiana, aqueles sobre quem se escreve uma “história”, dos quais a “memória” que se busca divulgar – não sem disputas – é a memória do “êxito”.

14

Entretanto, não poderia um texto memorialístico ser apropriado pelo historiador, não – ou não apenas – para sofrer uma desconstrução, para este apontar-lhe as elaborações afetivas, mas como aquilo que é básico do trabalho científico do historiador, como fonte histórica? Analisando a autobiografia póstuma do jornalista Samuel Wainer, *Minha razão de viver*, Luís Carlos Martins propõe que ela possa ser vista como “um documento importante para compreendermos a criação do jornal *Última Hora* e muitos acontecimentos fundamentais do Segundo Governo Vargas”. Memórias escritas serão sempre um documento importante, mesmo que seu autor não tenha sido alguém importante ou não tenha convivido com personagens históricos. Infelizmente, no Brasil, não dispomos de autobiografias ou diários de pessoas do povo, como os escritos por artesãos calvinistas ou líderes religiosos ingleses no século XVIII, estimulados a registrar os sinais de sua fé pessoal ou da de sua comunidade, munindo os historiadores dos séculos seguintes de uma preciosa fonte de pesquisa sobre os trabalhadores (ver THOMPSON, 1987).

O período da ditadura militar brasileira, por sua vez – como em outros regimes em que o arbítrio leva ao encarceramento, à perda de direitos, ao exílio e à morte –, ocasionou, passados quarenta anos, candentes “batalhas da memória”, que extrapolam os diretamente envolvidos, as vítimas e os agentes do regime repressivo, dizendo respeito a toda sociedade. Para o campo histórico, como mostra o artigo de Benito Schmidt, a presença de historiadores que foram também testemunhas cobra aos estudos de memória reflexões que dêem conta de tais imbricações.

Nos artigos diversos, dois assuntos que abordam fenômenos do processo de urbanização de um país ainda predominantemente rural. No primeiro caso, em uma das capitais – Porto Alegre – de um Brasil que organizava sua novel vida republicana, tornava-se necessário, em função de projetos de saneamento, regular o comércio e a prestação de serviços ambulantes. Regulamentar significa restringir, e as populações atingidas por tais medidas não deixaram de reagir. No outro caso, na região de colonização alemã, o prefeito de uma cidade recém-emancipada – Novo Hamburgo – narra, em 1931, através das páginas do jornal que representava a municipalidade, uma história segundo a qual os primeiros colonos da região teriam enfrentado, cem anos antes, um grupo de índios comandados por um escravo fugido. As velhas representações da superioridade branca européia, associadas a uma pitada de nacionalismo romântico (contaram com a ajuda de um cacique amigo) são utilizadas para a afirmação regional de descendentes de imigrantes.

A entrevista de Hugo Bauzá, professor titular de Literatura Latina e Artes na Universidade de Buenos Aires, com Jean Jacques Wunenburger, da Faculdade de Filosofia da Universidade de Lyon, inaugura a abertura de Anos 90 à publicação de artigos em espanhol, com alteração de nossas normas editoriais. Tal procedimento apenas consolida o intercâmbio já existente entre nosso programa de Pós-Graduação e os pesquisadores da América espanhola. Em breves palavras, Francisco Marshall apresenta ao leitor o campo de discussão que aproximou Bauzá de Wunenburger.

Por fim, contamos com duas resenhas, uma de Diogo da Silva Roiz sobre a coletânea *Fontes Históricas*, e outra de Carla Rodeghero sobre a biografia de Jango, escrita por Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes.

A elaboração deste número contou com a colaboração de mais de vinte pareceristas, cujo trabalho anônimo e generoso nós agradecemos.

## Apresentação

### Referências

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

\_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

PORTELLI, Alessandro. The Peculiarities of Oral History. *History Workshop*, n. 12, p. 96-107, 1981.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.